

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.543 - SP (2019/0298659-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MARCELO LEONARDO E OUTROS
ADVOGADOS : MARCELO LEONARDO - MG025328
SÉRGIO RODRIGUES LEONARDO - MG085000
MARCELO DE SIQUEIRA ZERBINI - DF044555
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURICIO DE PAULO MANDUCA
PACIENTE : EMERSON GERALDO DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAURICIO DE PAULO MANDUCA e EMERSON GERALDO DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, objetivando, liminarmente, a suspensão da execução provisória das penas do paciente até o trânsito em julgado da condenação e, no mérito, a revisão da pena.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, para garantir a eficácia plena das decisões dominantes na Turma, melhor o exame do *habeas corpus* por ocasião do julgamento definitivo de mérito.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator